

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 05 A 12 DE OUTUBRO DE 1981
Nº 165 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araújo Martins

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES
Paulo Cezar Loureiro Botas

EDITOR DO ACONTECEU
José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS
Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082
22221 - Rio de Janeiro - RJ

ELEIÇÃO EM SANTO ANDRÉ (SP) COMEÇA COM PANCADARIA

Muita pancadaria, duas facas apreendidas pela polícia, um revólver desaparecido e pelo menos três pessoas detidas pelo Deops. Esse o resultado do primeiro dia de eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Um pleito em que ninguém se preocupa com os resultados das urnas, pois todos sabem de antemão que não haverá quorum no primeiro escrutínio e os votos serão incinerados, sem que se saiba a qual das quatro chapas eram destinados. O notável nessa tumultuada eleição é a divisão dos oposicionistas em três chapas e as manobras de todo tipo feitas pela junta governativa para permanecer na direção do sindicato, quer seja pela eleição da chapa 1, ou pela possível não existência de vencedores, após três escrutínios, nos quais não se espera que haja quorum. (7/10/81)

METALÚRGICO VOTA DE NOVO EM SANTO ANDRÉ

Os metalúrgicos de Santo André voltarão às urnas dia 25, pois a eleição do seu sindicato não conseguiu quorum mínimo exigido por lei (dois terços do colégio de 14 mil 464): houve apenas 4 mil 436 votos, logo incinerados. Três chapas de oposição e outra liderada pelo presidente da junta governativa Antonio Morales, responsável pelo escrutínio, reunem-se hoje para reforçar o esquema de votação. Durante cinco dias, apenas seis urnas, entre 15h e 21h, serviram à votação, o que provocou críticas da Oposição, e gerou até pancadaria à porta do sindicato. A Oposição acusou o presidente da junta de tentar manter-se no cargo. Para o segundo escrutínio, é necessário maioria simples. O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André abrange também as cidades de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Mauá, na região do ABC. Em 1980, a entidade era presidida pelo Deputado Federal Benedito Marcílio. Por causa da greve, o Ministério do Trabalho decretou intervenção no sindicato, que no início deste ano passou a ser dirigido pela junta governativa. (JB - 12/10/81)

METALÚRGICOS DE SP INICIAM NEGOCIAÇÃO COM HESP

Começaram ontem as negociações entre os dirigentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos - porta-vozes de aproximadamente 433 mil trabalhadores - e a comissão de negociação do Grupo 14 da Fiesp, visando um novo acordo salarial que terá como data-base 1º de novembro. (FSP - 7/10/81)

METALÚRGICOS E EMPRESÁRIOS DE SP SEM ACORDO SOBRE REDUÇÃO DE JORNADA

As condições impostas pelos empresários paulistas com relação à redução da jornada de trabalho não foram aceitas pelos presidentes de federações de trabalhadores, representantes de cerca de um milhão e 700 mil operários. Ontem, em encontro realizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) - o sexto desde agosto - as duas partes deram por encerrada a discussão, já que não havia possibilidade de se chegar a um acordo. "Buscamos soluções sociais e garantia de emprego e eles (os empresários) buscam soluções econômicas", disse Hugo Perez, presidente da Federação dos Trabalhadores Urbanos. Para ele, a proposta é nociva aos interesses dos trabalhadores, pois eles arcariam com o "preço" da recessão. Outro aspecto ressaltado: caso o acordo fosse firmado, por ser de "livre adesão" - ou seja, as empresas poderiam ou não

concordar com ele - não garantiria o emprego dos funcionários existentes. (FSP - 9/10/81)

OPERÁRIOS DA FIAT ASSINAM ACORDO NO RIO

Depois de 42 dias de greve, uma decisão do STF e dois meses de negociações, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro, Oswaldo Pimentel, e o gerente de Relações Industriais da Fiat Diesel, compareceram ontem à tarde, na Delegacia Regional do Trabalho, e assinaram o acordo coletivo dos trabalhadores com a empresa bastante prejudicial aos trabalhadores, que terá duração de um ano. (JB - 8/10/81)

LULA REJEITA PROJETO QUE EVITA DEMISSÃO

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio da Silva, Lula, disse ontem que o projeto do governo para controlar as demissões em massa, não é convincente. Segundo ele, "não basta controlar as demissões, é preciso evitá-las". Criticou também a intenção de transformar o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) em fundo-desemprego o que considera "um absurdo, porque vai dificultar a retirada do fundo". Lula tem restrições, também, à ida de representantes de 23 federações de trabalhadores ao Palácio do Planalto, com audiência já garantida na agenda do vice-presidente em exercício, Aureliano Chaves. Lembrou que a Comissão pró-CUT (Central Única de Trabalhadores) também pediu a audiência, ainda não atendida. "Se as reivindicações que eles forem levar são diferentes das aprovadas na Conclat, justifica a audiência. Caso contrário, não." (FSP - 10/10/81)

OS SERVIDORES DA UNICAMP MANTÊM GREVE

Prosssegui ontem a greve dos servidores da Universidade Estadual de Campinas (SP), iniciada na semana passada e que já atinge praticamente todas as unidades da instituição, com 90% dos 2.500 servidores parados. Ontem, os funcionários tentaram obter uma audiência com o reitor, mas não foram recebidos. Em assembléia realizada no final da tarde, os funcionários reiteraram a disposição de manter o movimento até que a administração se disponha a atender as reivindicações de concessão de adicionais de insalubridade e por trabalho noturno, bem como corrigir desvios de funções que ocorrem, notadamente, na Faculdade de Ciências Médicas. (9/10/81)

PROFESSORES ENCERRAM GREVE NO PR

Os professores do Paraná que estavam em greve desde o último dia 14 de setembro, decidiram ontem voltar às aulas na próxima terça-feira. A decisão foi tomada por grande maioria, na assembléia estadual realizada no auditório do Colégio Estadual do Paraná, que estava superlotado. Estima-se que havia perto de 4 mil professores presentes. (FSP - 11/10/81)

TRABALHADORES RURAIS

FORNECEDOR DE CANA DECIDE NÃO PAGAR AUMENTO

Cerca de 1 mil fornecedores de cana (de um total de 1 mil 300) de Per-

44,4% de salário e mais 4% de produtividade concedidos pela Justiça do Trabalho a seus empregados de campo, em dissídio coletivo julgado na semana passada, sob a alegação de que não têm condições econômicas de fazê-lo. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, José Rodrigues, disse ontem que se o novo salário não for pago aos agricultores, os sindicatos pedirão providências à Justiça do Trabalho. "No entanto, qualquer trabalhador tem o direito de cruzar os braços, caso o salário que lhe é devido, segundo os termos do dissídio julgado no dia 29 do mês passado, não seja pago". (JB - 6/10/81)

NO SUL, OS COLONOS EM PASSEATA

Passeatas pelas ruas centrais de Porto Alegre, encontro com deputados da Comissão de Agricultura e com o chefe da Casa Civil do governador, marcaram ontem o dia dos 40 colonos que representam as 310 famílias acampadas desde fevereiro em Ronda Alta. De parte do governo, ouviram as mesmas propostas feitas há dois meses: aceitar o reassentamento em projetos do Incra ou empregos nas estações experimentais da Secretaria da Agricultura. Durante duas horas e meia eles estiveram reunidos com o chefe da Casa Civil, e com o diretor-geral da Secretaria de Agricultura, a quem reiteraram que não querem deixar o Estado e preferem reivindicar crédito fundiário para comprar terras. (ESP - 10/10/81)

NEGADO O PEDIDO DE HABEAS PARA TREZE POSSEIROS

O Superior Tribunal Militar negou ontem, por unanimidade de votos, os dois habeas-corpus requeridos em favor dos 13 posseiros que se encontram presos desde 8 de agosto, primeiro em São Geraldo do Araguaia e, a partir de 11 de setembro, na Superintendência da Polícia Federal em Belém. Eles são acusados de matarem o capataz da fazenda Castanhali, em São Geraldo do Araguaia, e ferirem quatro agentes policiais e dois do Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), incitados, segundo a Polícia Federal, pelos padres franceses Francisco Gourieu e Aristides Camio, presos no mesmo órgão policial. (FSP - 7/10/81)

FAMÍLIAS DESPEJADAS EM TUPANCIRETÁ CONTINUAM ACAMPADAS

Cinco das famílias despejadas da área da fazenda de Tupanciretá, em Conceição do Araguaia (GO), permanecem acampadas em frente ao prédio do Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins -, em Xinguara, à espera de uma solução. Outras famílias estão em casas de parentes e de amigos, enquanto se informa em Belém que o Getat estaria estudando a possibilidade de abrigá-las em duas glebas no próprio município de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará. (ESP - 7/10/81)

POSSEIROS FAZEM DENÚNCIA CONTRA DONO DE CARTÓRIO

Um grupo de posseiros no Município goiano de Barro Alto, a 200 quilômetros de Goiânia, esteve ontem na Câmara dos Deputados, denunciando a ameaça que estariam sofrendo, de "despejo em massa", na fazenda Lagea Seca, onde alguns nasceram e vivem há até 78 anos. A denúncia foi feita perante o deputado J.G. de Araújo Jorge, vice-líder do PDT, partido que eles procuraram, e hoje deverá ser levada ao conhecimento do plenário. Segundo os termos da denúncia, o fazendeiro Roberto Serra Dourada, juntamente com seu pai - que é o titular do Cartório de Registros de Imóveis do Município "fazem proezas estranhas contra os mesmos esclarecidos". (FSP - 6/10/81)

POSSEIROS ARMADOS FEREM 3 PISTOLEIROS NO MARANHÃO EM LUTA POR POSSE DE TERRA

Ao resistir à ameaça de expulsão de suas terras e à queima de suas casas, um grupo de posseiros baleou três pistoleiros contratados por Valdir Jorge Melo, chefe político do PDS no povoado de Alto Alegre, Município de Lago da Pedra. Os pistoleiros feridos foram levados para um hospital de Bacabal. O incidente veio agravar o conflito por posse de terras na região, denunciado recentemente em Brasília pelo Bispo de Bacabal, Dom Pascasio Retler, ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência. (JB - 8/10/81)

LAVRADORES JÁ TEMEM A EXPULSAO

As 86 famílias de agricultores que disputam com a Serigy Agroindustrial - Seragro -, de Aracaju, uma área de 258 hectares na Região do Baixo São Francisco, em Sergipe, após terem-se recusado a assinar ofício da PPIZ (Fonaalter Vieira que comunicava a concessão de liminar de reintegração de posse em favor da empresa, passaram a temer que a autoridade venuca a requisitar força policial para fazer cumprir sua sentença. A informação foi dada ontem por religiosos da diocese de Propriá, que em março foram acusados pelo ex-secretário de Segurança Pública, Pedro Barreto, de serem os principais responsáveis pelos conflitos de terras existentes no Estado. A área em litígio faz parte de uma fazenda do município de Pacatuba, adquirida recentemente pela Seragro e ocupada há cerca de 200 anos pelas famílias dos agricultores, que movem ação de usucapião contra a empresa. Em março, os posseiros entregaram à polícia 29 espingardas de cartucho e um rifle Aiko tomados de jagunços da empresa que invadiram as casas da sede da fazenda. Na ocasião, enquanto a diocese afirmava que a ação transcorreu de modo pacífico, o então secretário de Segurança sergipano disse estar informado de que os posseiros tomaram o lugar "de assalto". (ESP - 11/10/81)

COMISSÕES VÃO APOIAR LAVRADORES SEM TERRA

Através de encontros, assembleias e boletins informativos, entidades nacionais de apoio social vão tentar manter os 11,5 milhões de lavradores sem terra de todo o país unidos e informados sobre o que se passa nas regiões em que estão ocorrendo conflitos. A decisão foi tomada ontem, durante encontro realizado em Curitiba, entre representantes da Comissão Pastoral da Terra do Rio, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul - áreas de maior incidência de conflitos - Comissão de Justiça e Paz do Paraná, Comissão Operária Nacional e Animação Cristã do Meio Rural, que atua no Nordeste. A partir das próximas semanas, elas vão formar um único bloco que dará apoio e assessoramento aos lavradores sem terra. O advogado Miguel Pressburguer, da CPT/Rio, afirmou que "só com esta mobilização nacional das entidades em apoio aos lavradores sem terra - unidos e informados de que sua luta não é única, mas que se estende por todo o país - é que eles poderão lutar contra a tríplice aliança formada pelo latifúndio-capitalismo-Estado, que desde 1968 vem pressionando e expulsando o pequeno proprietário de suas terras". (JB - 6/10/81)

ÍNDIOS

LÍDERES APÓIAM MÁRIO JURUNA PARA DEPUTADO

"Para defender a causa indígena, os índios devem se candidatar em qual-
4.

quer partido, até no PDS. Este negócio de partido é coisa de branco. O mais importante para nós é ter mais um canal para buscar alguma solução para o problema indígena no País." A declaração é do presidente da União das Nações Indígenas (Uninde), Marcos Terena, que juntamente com outras três importantes lideranças representativas dos tucanos, avantes e jurunas, decidiram ontem apoiar a candidatura de Mário Juruna a deputado federal, pelo PDT. (FSP - 8/10/81)

ANTROPÓLOGOS CRITICAM "INDICADORES" DA FUNAI

O antropólogo Gilberto Velho denunciou ontem que os indicadores de indi-anidade estabelecidos pela Fundação Nacional do Índio - Funai - têm "conteúdo racista". Segundo ele, a Funai utilizou critérios "absolutamente ultrapassados", sem consultar a comunidade científica nem os próprios indígenas para definir quem é ou não índio. O professor Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo do Museu Nacional e que faz pesquisa na área indígena, explica que a decisão da Funai de criar os critérios de indianidade foi tomada há mais ou menos um ano, quando o cacique Mário Juruna teve permissão do Tribunal Federal de Recursos para viajar à Holanda, onde participou do Tribunal Russel. Nós estamos protestando, portanto, há um ano contra os critérios - prossegue. Viveiros de Castro vê dois objetivos na preocupação da Funai em identificar quem é ou não índio. "A Funai está obcecada com isso", observou, enquanto os antropólogos vêm "martelando" contra essa preocupação. O primeiro objetivo é lavar as mãos com relação ao amparo legal que é obrigada a dar às companhias indígenas, sobretudo as do Nordeste da Bahia e Espírito Santo, além do Sul do país. Em contato com os habitantes da região, essas tribos assimilaram muitas características dos camponeses pobres e, segundo o professor Viveiros de Castro, podem ser facilmente expulsas das suas terras por fazendeiros, beneficiando os interesses da expansão econômica. O segundo objetivo identificado na preocupação de definir quem é ou não índio, segundo ele, é "a repressão às lideranças indígenas". Considera que, nos últimos anos, um fenômeno absolutamente auspicioso para a democracia brasileira foi o surgimento de líderes incômodos para Funai. Através do que chamou de "cassação branca", a Funai manipularia: A Funai diz que o líder não é índio, podendo ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ser preso e processado. (JB - 8/10/81)

SURUÍ INSISTEM NA SAÍDA DOS COLONOS

Uma comissão de técnicos da Delegacia Regional da Funai e agentes da Polícia Federal estão desde ontem na reserva Suruí, no Parque Sete de Setembro, investigando as causas da morte de dois colonos, ocorridas no dia 1º dentro da área indígena. Dias antes, os índios haviam avisado que não tolerariam mais nenhuma invasão de suas terras. O sertanista Apoema Meirelles, delegado regional da Funai, disse que está tudo calmo na área. Mesmo assim, ele seguiu para o Posto Sete de Setembro, no centro da aldeia Suruí distante 500 quilômetros de Porto Velho (Rondônia), numa área muito cobiçada pelos colonos dos Municípios de Cacoal e Espigão D'Oeste. Apesar de não ter ainda muitos detalhes, a Funai suspeita que o líder jovem Tabira tenha sido o comandante do ataque, pois no final de junho, quando acabou o prazo dado pelos índios para que os brancos deixassem a reserva, ele prometeu que seria zelada a integridade física dos colonos que já estavam lá, mas não permitiria que os outros entrassesem. (ESP - 7/10/81)

CACIQUE XAVANTE PEDE BOLSAS DE ESTUDO À FUNAI

O cacique xavante Aniceto Tsudzavere, chefe da reserva indígena de São Marcos, está em Brasília com novas reivindicações de sua comunidade ao presidente da Funai. Em carta dirigida ao coronel-presidente da Funai,

~~o cacique reclama bolsas de estudo para os xavantes que estão em Goiânia, ameaçados de serem transferidos para Barra do Garça (MT). "Não aceitamos essa transferência", diz a carta, "pois a continuidade e qualidade dos estudos é importante para os xavantes estudantes". Além do pedido de bolsas de estudo para cinco xavantes, o líder indígena reclama ainda assistência médica, revelando que até agora a Funai não ampliou o hospital da aldeia "e por isso o hospital não está dando conta de atender todo mundo". Aniceto pede ainda um maior controle na venda de bebidas alcoólicas para os índios, afirmando que "a comunidade acha necessário cartazes proibindo o comércio de vender bebidas alcoólicas para os índios", o que ocorre frequentemente em Barra do Garça e Xavantina.~~

(FSP - 7/10/81)

MOVIMENTOS POPULARES

EXPULSOS, OS INVASORES DO J. ROBRU (SP) OCUPAM NOVA ÁREA

Os invasores da área de 200 mil metros quadrados no Jardim Robru, em Guaiianases, que chegavam, segundo uma comissão por eles formada, a 400 famílias, deixaram o terreno ontem, às 16h25, sob as vistas de 400 policiais militares, e invadiram outra área particular, a dois quilômetros da desocupada, para onde seguiram em passeata, cantando hinos e gritando palavras de ordem. Embora sob clima de tensão, com cenas dramáticas, choro e manifestações de protesto, a retirada transcorreu em ordem, depois de mais de duas horas de diálogo entre o coronel PM Orlando Geraldo Meneses, chefe de policiamento da Região Leste, e alguns líderes dos invasores. A nova área invadida, situada na estrada D. João Néri, foi proposta pelo advogado Antônio Mendes Correia, que afirmou estar ela abandonada há 10 anos, "pois seu proprietário morreu e, no inventário, ela não consta". (FSP - 7/10/81)

IGREJA

PADRES PRESOS SÃO ACUSADOS DE "CRIME DE CONSCIENTIZAÇÃO"

Os missionários franceses Francisco Gouriou e Aristides Camio estão sendo acusados de "crime de conscientização". Este é o termo que consta na notificação do inquérito aberto pelo Ministério da Justiça com base no artigo 64 do Estatuto dos Estrangeiros. A notificação foi recebida pelos padres na tarde de sexta-feira e será entregue amanhã ao advogado Luís Carlos Sigmarinha de Seixas, um dos encarregados da defesa. (FSP - 11/10/81)

BISPO ATRIBUI CRÍTICAS À AÇÃO SOCIAL DA IGREJA

Dom Valdir Calheiros, Bispo de Volta Redonda e Barra do Piraí, distribuiu esta semana à população dos dois municípios o boletim "Para Entender Igreja e Estado" que, segundo ele, contém dados "que nos ajudam a compreender melhor os ataques à Igreja" e a prisão de padres, como os missionários franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, envolvidos em um conflito de terra no Pará. Para dom Valdir, esses ataques decorrem de três pontos fundamentais: custo de vida, desemprego e documentos

da Igreja pedindo medidas para a situação social. E as críticas contidas em recente discurso do senador Jarbas Passarinho e no relatório de Ronda Alta (RS) do tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura (major Curió), são feitas, segundo o bispo, "porque a Igreja, em várias dioceses, estaya levando esclarecimento e ajudando o povo a tomar consciência através de encontros e cartilhas". Dom Valdir afirma em seu boletim que há nessas críticas "interesse em desviar a atenção da gravidade da situação denunciada pelos bispos". "Não são setores da Igreja, como afirmam os agressores, são os bispos do Conselho Permanente da CNBB que, em nome de todos os bispos do Brasil, aprovaram o documento 'Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política'. O documento denuncia a situação pendo medidas, e isso dificulta a ação de políticos e interesseiros, que nunca se preocupam com os problemas do povo." (FSP - 8/10/81)

MISSA LEMBRA LÍDER DOS ESCRAVOS

Uma missa especial com texto de autoria de Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, e música de Milton Nascimento, marcará no dia 23 de novembro a passagem do 286º aniversário do martírio de Zumbi - líder dos negros escravos que morreu lutando pela libertação do seu povo. A celebração será presidida pelo Arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, um dos poucos bispos negros do Brasil e será ao ar livre, na Avenida Dantas Barreto (Centro de Recife), local onde foi exposta a cabeça de Zumbi, para servir de exemplo a todos que tivessem a intenção de lutar pela libertação dos escravos. (JB - 12/10/81)

POLÍTICA NACIONAL

TSE NÃO DÁ REGISTRO DO PTB DE IVETE VARGAS

O Tribunal Superior Eleitoral decidiu ontem, por unanimidade, indeferir o pedido de registro definitivo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Tribunal invalidou o registro dos diretórios regionais do Partido no Rio Grande do Norte e na Paraíba, prejudicando o pedido encaminhado pela ex-Deputada Ivete Vargas. O pedido de registro definitivo havia sido encaminhado ao TSE com a documentação comprobatória da organização do Partido em 10 Estados. Com a invalidade do registro de dois Estados, restaram apenas oito, número inferior ao mínimo exigido (nove Estados) pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos. (JB - 9/10/81)

DEPUTADO SÓ SE REELEGERÁ SE GASTAR CR\$ 5 MILHÕES

Quem conseguir pelo menos, Cr\$ 5 milhões tem quase todas as condições para ser candidato a deputado federal nas eleições de novembro de 1982. Esse é o cálculo que atuais parlamentares fazem para o custo da próxima campanha eleitoral, que prevêem como a mais cara de todos os tempos, ressalvando que é o mínimo a ser gasto, se o candidato tiver prestígio - e for da Oposição. Quem não tiver tradição política, razoáveis bases populares ou classistas ou for do Partido do Governo, terá que gastar muito mais. 15 milhões, afirmam os cálculos mais otimistas, em determinados Estados. Em outros, será preciso tirar mais do próprio bolso, sem contar com a ajuda do Governo. Revelações são feitas, sob anonimato, por parlamentares do PDS. Alguns - que se dizem garantidos por votos fiéis - afirmam que a máquina estadual e federal terá atuação decisiva em 1982, mas não indiscriminadamente. Serão contemplados candidatos da simpatia do governador. (JB - 11/10/81)

"IGREJA DEVE ABRIR MÃO DA TERRA OCIOSA"

"A Igreja não deve ficar somente na questão de princípios, mas também deve entrar seriamente na questão das terras que possui e que não têm função social imediata. Essas terras devem ser colocadas em função social imediata e, com isso, a Igreja poderá, até mesmo, perder a posse delas. Isso vale para toda a terra sem função social e vale também para as terras do Estado, que é o maior proprietário no Brasil."

Essas afirmações foram feitas pelo bispo-auxiliar da zona Leste de São Paulo e integrante da Comissão Representativa da Regional Sul-1 da CNBB, dom Angélico Sândalo Bernardino, ao expor suas idéias sobre o uso do solo urbano, tema a ser debatido no início de fevereiro, em Itaici, Indaiatuba, durante a 20ª Assembléia Geral dos bispos brasileiros.

De acordo com dom Angélico, "compete aos legisladores, ao poder público, a introdução de leis, de medidas, que tornem o solo uso e/ou propriedade do povo. Isso não pode ficar à mercê da caridade, seja da Igreja, seja de quaisquer outros particulares de boa vontade. Trata-se, realmente, de uma planificação e aí entra a incumbência do governo, do poder público, que deve contar com a colaboração irrestrita da Igreja, nesse aspecto de promoção da justiça". O bispo da zona Leste destacou que já há vastas áreas de terras da Igreja em função social e que existem outras propriedades da instituição ainda não plenamente legalizadas "e numa terra que não está legalizada nós não podemos fazer nada", observou.

Sustentou que os legisladores e o poder público devem, ao máximo, apresentar leis e outras medidas que possibilitem a regularização da posse da terra. Essas leis devem partir do conhecimento da realidade e, de acordo com o bispo, "a realidade é simples: de um lado, temos um povo sem habitação. De outro temos grande quantidade de terra nas mãos do Estado, de particulares que querem fazer dessa terra um instrumento de lucro ou de particulares que têm por missão colocar realmente essa terra a serviço da coletividade", como seria o caso da Igreja.

"Através do conhecimento da realidade - prosseguiu - , o Estado poderia legislar, tributando violentamente a terra instrumento de lucro, de mercantilização, de negócio. O Estado deve ter instrumentos para, inclusive, desapropriar terras a serviço da coletividade. Recursos o poder público detém e risto ele encontrará, com certeza, o irrestrito apoio da Igreja." Basicamente, segundo o bispo, o princípio que deve nortear uma reforma urbana é o de que "a terra, nas cidades, também deve servir aos interesses do povo e o interesse básico que o homem tem é o de morar e morar com dignidade. Mas há outros destinos que essa terra deve ter e eu chamo a atenção para uma coisa que não é secundária: as áreas urbanas de lazer destinadas ao culto, à educação, à saúde e ao trabalho. Tudo isso deveria ser melhor planejado, para que a cidade, simplesmente, não fosse crescendo ao sabor de interesses econômicos, mas de maneira humanizada".

Ao comentar os recentes episódios de invasões de terras registrados na Capital de São Paulo, o bispo da zona Leste disse que essas iniciativas "revelam a situação gritantemente aflita de milhares de pessoas marginalizadas e evidenciam a morosidade daqueles que detêm a responsabilidade de introduzir essas reformas básicas de que temos necessidade".

Depois de ressaltar que as invasões não são eficazes, dom Angélico afirmou, entretanto, que "essas eclosões poderão ser a ocasião para que nós, aqui no Brasil, conscientemente, tenhamos mais pressa em introduzir essas reformas. Não se trata de incentivar invasões e nem de apelar para invasões como solução do problema. Não estou incentivando, mas estou simplesmente afirmado, dentro de um quadro de realidade existente, que elas podem fazer parte de um conjunto de pressão moral libertadora, para que a sociedade seja apressada na tomada de medidas adequadas para que a reforma urbana também se torne uma realidade". (FSP - 11/10/81)